

PROBLEMAS DO EXÉRCITO

(OUTRAS REFLEXÕES)

Ten-Cel WALTER S. MEYER

Oficial de Estado-Maior.

1. ARREGIMENTAÇÃO

Uma das coisas mais ultrapassadas, porém ainda em vigor em nosso Exército, é a **arregimentação**. Até o próprio termo está incoerente. A idéia antiga era o tempo passado num regimento, isto é, numa unidade de combate, entre tropa, que realiza manobras e ministra instrução de combate e serviço em campanha. Com a diversificação de unidades, criação de depósitos, escolas, cursos, centros, etc., passaram a existir uma porção de unidades sem aquelas características. Igualmente os diferentes quadros — QEMA, QSG, QSP — onde se situam os oficiais que servem particularmente em órgãos de direção, chefia ou administração, veio mostrar a necessidade de alteração no conceito de “arregimentação”. Parece-nos que já se pode acabar com essa palavra tão permanente nas fôlhas de alterações. Para isso basta que seja fixado em lei que os oficiais devem servir, se possível, em todos os postos, em uma unidade específica de sua arma de formação, por um prazo mínimo de um ou dois anos. Evidentemente que após o curso de Estado-Maior deverá ser facultado saltar um posto ou dois — possivelmente o de Major — pois o período de frequência à Escola e o estágio poderão impor isso. Restaria ainda o problema da obrigatoriedade do cumprimento desse dispositivo; basta incluir na Lei de Promoções que quem o não satisfizer não ingressa no quadro de acesso e que cabe ao oficial solicitar para atendê-la.

2. QUERÊNCIA

É uma discussão antiga no Exército. Há oficiais e sargentos que permanecem quase toda sua vida militar numa mesma guarnição. Vantagens? Desvantagens? Temos ouvido inúmeros argumentos pró e contra. Pessoalmente, sou contra. Os norte-americanos proíbem que um militar (pelo menos o oficial) sirva em unidade situada em sua cidade natal, mormente se essa cidade é de pequena população. Evitam, assim, uma situação de preponderância social e algumas facilidades dela decorrentes de que gozaria esse militar em confronto com os demais da unidade. Só o admitem quando a cidade tem um mínimo determinado de população que, por si só, impede essa preponderância e facilidades.

Nestes anos recentes que se passaram, o problema agravou-se com a inflação, pois oficiais que chegavam numa guarnição não conseguiam sequer instalar-se enquanto os "querenciados", com alugueis de anos passados, desfrutavam — só na diferença dêles, sem aludir a outros fatores mais importantes e do conhecimento de todo. — de uma situação econômica que não podia sofrer comparação e que, conseqüentemente, acarretava a retração voluntária dos que chegavam. E as vantagens indiretas da "querência"? Educação normal para os filhos, posição social elevada, ingresso em associações e clubes, etc.

Até hoje o Exército não conseguiu resolver o problema. Não advogamos uma solução à americana mas urge uma. Por exemplo, redução do tempo máximo de serviço numa guarnição — 5 a 6 anos -- e não 8 como agora; obrigatoriedade de servir em duas outras guarnições, no mínimo, antes de retornar a uma onde já serviu e por igual tempo, e a sanção para impor a execução: exclusão do quadro de acesso. Evidentemente que deverá haver adaptações para a Capital do País e para as cidades onde os Exércitos têm seus quartéis-generais e talvez para funções nos órgãos de cúpula do Exército: Departamentos, Diretorias, etc. Mas, no máximo, somente para oficiais superiores.

3. CLAROS NAS UNIDADES

Quase todos os militares já serviram em unidades onde a falta de pessoal — oficiais, principalmente — era notória. Em 1946, em São Borja, no 1º GA Cav, faltavam o Ten-Cel Cmt, o Maj Sub Cmt e 4 Cap, tendo eu assumido o Cmdo do Grupo por dez meses, embora houvesse sido nele classificado por ter sido promovido a Capitão. A solução é fácil. Basta que a lei consigne que não poderá haver excedente — de oficiais e sargentos, especialmente enquanto houver vaga em qualquer unidade de todo o Exército. Se não se quiser ser tão drástico — mas em benefício da eficiência do Exército e principalmente de seu enquadramento — basta que a lei sancione o militar excedente: o militar excedente terá seu ingresso no quadro de acesso retardado de tanto tempo quanto permaneceu nessa condição. Só. Cremos que com isso ninguém mais quereria ser excedente à beira mar, por exemplo.

4. RENOVAÇÃO DOS QUADROS

É tema constante. E decorrente do natural desejo de todos de chegarem aos postos mais altos ainda com energias suficientes para render algo. Entretanto, em tempo de paz, não havendo a iminência de uma guerra, o princípio de economia vai contra quadros superiores muito jovens. E também vai contra a necessidade de se manter os mais idosos em atividade, pois sabe-se que nos países

mais adiantados se vem estendendo a idade máxima de trabalho visando a cortar a parada brusca, o definhamento e a morte. Mesmo porque, se fôr necessário entrar em curto prazo em campanha, pode-se recorrer à graduação, elevando-se de um ou dois postos os oficiais capacitados. Sem dúvida os atuais limites de idades são altos e podem sofrer perfeitamente uma redução de 2 a 3 anos em cada posto. Também parece-nos aceitável e adotável a limitação máxima nos postos finais: coronel e general. Naquele pode ser reduzido para 8 anos e neste pode ser limitado a um máximo de 10 para tôdas as graduações de generais. Com essas providências ter-se-ia um certo aceleração na renovação dos quadros de oficiais. Medidas similares poderiam ser adotadas para os sargentos, mormente nas graduações de subtenente e 1º sargento, bem assim limitando-se o tempo máximo de permanência no QOA nos três postos.

Entretanto, parece-nos que a renovação mais simples, a mais humana e a mais econômica para o país é a decorrente da verificação da condição física para a função. Todos nós sabemos como o bom coração do brasileiro é avesso a isso. Ouve-se sempre: "Coitado! Seria maldade mandá-lo agora para casa depois de tantos anos de serviço". Ou então: "É, êle está mal, mas ainda é capaz de prestar bons serviços!" Na realidade, a pena não faz com que o rendimento melhore e, em verdade, o esforço acelera o definhamento. Ninguém, no entanto, pensa nos outros companheiros, capazes — física e profissionalmente — que deixam de ascender por estar a vaga ocupada por outro que segundo os dispositivos regulamentares deveria ser afastado.

Mas há solução. Primeiro um exame de saúde mais amiado, de dois em dois anos ou mesmo de ano em ano, que seja uma verificação do estado geral do militar e que, muitas vêzes, poderá servir de alerta contra certos inícios de enfermidades as quais, combatidas a tempo, impediriam chegasse o militar à condição de incapacidade física. Nesses exames dever-se-ia inclusive levar em consideração a correlação pêso-altura, combatendo-se, dêsse modo, a obesidade e a excessiva magreza. Estabelecidas para os diferentes postos as condições mínimas de capacidade, ex-ofício e automaticamente entraria o militar em tratamento de saúde, em hospital militar, como baixado, até sua recuperação. Semelhantemente aos exames periódicos que sofrem os aviadores. Segundo, a não inclusão no quadro de acesso dos oficiais realmente incapacitados, mesmo que fôsse por excesso de pêso ou por falta dêle. Terceiro e mais importante, deixar-se de lado o bom coração em assuntos tão importantes para a renovação dos quadros.

Porque a expulsória ou que nome tenha, pode obrigar a passar para a reserva a um oficial cronologicamente mais velho, porém fisiologicamente mais jovem e mais apto. E não me venham argumentar com "Mas êle é muito inteligente", pois qualquer exército pres-

cinde de dois ou três inteligentes, senão estaria falido, e a história mostra que inteligentes doentes têm criado situações difíceis e mesmo levado à derrota tropas, unicamente por causa da doença que tinham.

5. REESTRUTURAÇÃO DO EXÉRCITO

Está no momento o Exército empenhado numa Reestruturação. Na realidade, há muito isto se faz necessário e, se não nos enganamos, há quase 60 anos, pois desde os tempos de Argolo e Hermes (1905-1910) que o Exército precisa de uma transformação para melhor, para se tornar mais eficiente, para que possa realmente cumprir as missões que lhe são impostas no título VII de nossa Constituição. Não podemos levar à conta de Reestruturação o que se fez em 1937-1939, quando da aquisição do material alemão, pois que este último ano, com a irrupção da guerra, ficamos privados por completo da assistência dos fabricantes. De passagem, é bom ressaltar que a compra de material bélico, a par de ser um ato técnico, função das características bélicas do material, é muito mais um ato político, isto é, parece-nos ser preferível abandonar alguns décimos de precisão num desvio provável ou 2 ou 3 km por hora no rendimento de um veículo mas assegurarmos, após a compra, uma continuidade no fornecimento do material similar e conseqüentemente no apoio logístico indispensável. É o que no momento faz a Austrália comprando morteiros italianos e obuseiros americanos, conforme se nota em artigo publicado na *Military Review* de abril de 62.

Aspectos do Problema

Antes de mais nada, o problema de uma Reestruturação implicará em responder a vários quesitos. Entre eles: Que reestruturar? — todo o Exército, parte do Exército, material, pessoal, ensino, administração? Acreditamos e sabemos como todos, que na realidade tudo precisa ser reestruturado. Poderemos entretanto reestruturar tudo? Haverá recursos numa época de combate à inflação e quando o próprio governo procura com um Plano de Ação conter dentro de razoáveis limites essa inflação?

Outro quesito será: Como reestruturar? — Com materiais próprios aqui fabricados ou adquiridos no estrangeiro? Com organizações de Unidades genuínas nossas ou adaptação das mais modernas Organizações estrangeiras? Levando em consideração as últimas tendências do ensino técnico-profissional ou ainda mantendo aqueles da última guerra adaptados às circunstâncias atuais?

Qual a ordem de batalha? — A atual ou a mais consentânea com a missão constitucional do Exército? Que terá preferência então? — A missão interna ou externa?

E, assim como êstes, aqui incluídos como lembretes, muitos outros quesitos poderiam ser apresentados.

Algumas Idéias

Sem dúvida, muito há que fazer quanto à reestruturação do Exército. E o ideal mesmo seria reestruturá-lo na íntegra, de cima a baixo, de lado a lado, de Sul a Norte, de Leste a Oeste, do Alto Comando ao último sentinela. Todos nós sabemos disso, sentimos isso e reconhecemos que muitos antes não o fizeram por falta de primordial elemento para isso — recursos, particularmente monetários.

Totalmente afastados dos elementos que desconhecemos e trabalham no momento na Reestruturação, queremos cooperar com a nossa pequena parcela de experiência, com a nossa ínfima vivência de 28 anos no meio militar para lembrar pequenas coisas — mas de grandes efeitos que não podem ser esquecidas numa Reestruturação.

É preciso ficar bem ressaltado que a **Linha Mestra**, o Tronco Principal, o Eixo Fundamental, a Escada Essencial, no Quadro de Oficiais é aquela que leva do cadete ao generalato passando pelos cursos de Especialização, EsAO, pela EsCEME até atingir os bordados de General. Que nenhum outro caminho deverá permitir que se suba mais rapidamente, que se obtenha mais vantagens, que deixe em plano secundário qualquer oficial que haja crido nisso.

É preciso que na Reestruturação se deixe bem claro que não sendo na linha AMAN — General, supracitada, qualquer outra, seja ela qual fôr, é secundária embora necessária, mas é secundária. É sumamente desalentador, desencorajante, desestimulante, encontrar-se companheiros mais modernos de turma ou mesmo de turmas abaixo, como mais graduados numa função correlata, porém não tão importante embora necessária, repisamos, e, na maioria das vezes, além de gozar de uma situação de estabilidade, em geral melhor remunerados.

Contra esta mesma situação já se batia Calógeras, em 1920, e embora tenha conseguido diminuí-la retornou ela recentemente mercê de uma série de decisões judiciais a estar patente e viva ante nossos olhos diariamente.

É preciso que a Reestruturação deixe claro, reformando as Leis que se fizerem necessárias, de que só seguindo aquela **Linha Mestra**, aquêlo Eixo Principal, é que se poderá atingir o generalato. Que êle é prêmio e coroamento dos que integralmente se dedicaram à vida militar na sua missão básica.

